

A PROSA DE ESCRITOR E DE LEITOR

Osmar de Souza*

Introdução

Este texto, por se inserir numa revista de conhecimento específico, a Ciência Jurídica, objetiva oferecer uma contribuição aos profissionais do Direito, em nível de graduação, pós-graduação lato e stricto sensu. Trata-se de uma contribuição interdisciplinar, resultado de experiências acumuladas por seu autor, ao ministrar a disciplina de Metodologia da Pesquisa, na graduação de Direito e no Mestrado em Ciência Jurídica, da UNIVALI e desta, na FURB, através de convênio.

Nesta disciplina, além de orientações de natureza

estritamente normativa, como citações, notas, referências bibliográficas, ou de natureza conceitual, como o noção de pesquisa, suas diferentes modalidades e formulações acadêmicas, trabalha-se a organização textual acadêmica. Intertextualizam-se com o graduando e o mestrando diversas produções escritas, guardadas as diferenças de níveis de conhecimento na área.

Afloram, assim, questões que serão objeto de discussão neste texto, delimitadas ao posicionamento de quem produz texto acadêmico em Ciência Jurídica.

Revisão Bibliográfica

Cassany (1989) reserva um capítulo para discutir a prosa de escritor e de leitor, num contexto em que aborda toda a complexidade do ato de escrever. Apóia-se, fundamentalmente, em Linda Flower (1979).

Esta autora considera bons escritores aqueles que sabem converter a prosa de escritor (suas próprias idéias) em prosa de leitor (ou seja, em expressão pública.) Com essa dicotomia, diferencia a *expres-*

são da comunicação. Para a autora, expressar o pensamento através de palavras, frases, não significa necessariamente que o receptor tenha de compreender o escrito, portanto, que haja comunicação. Entre a expressão e a comunicação, produzem-se distintas operações intelectuais. Quando se escreve para si mesmo, quando só se quer transcrever e guardar as idéias, quando se anotam palavras que têm significado especial para a própria pessoa, utiliza-se *prosa de escritor*. Quando

* Dr. em Linguística pela UNESP;

Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí
Coordenador e Professor do Curso de Letras.

Professor de Metodologia da Pesquisa no Mestrado em Ciência Jurídica da UNIVALI.

se escreve para que alguém entenda, para comunicar; quando se formula o contexto do que se quer dizer e não se deixa implícito, usa-se *prosa de leitor*.

Escrever para que alguém entenda, neste caso específico da Ciência Jurídica, significa um treinamento que deveria haver antes mesmo de o acadêmico ingressar na Universidade. Escrever em prosa de leitor já deveria ser uma condição de estar na Universidade, no curso de Direito. Em todas as atividades escritas, para o outro ler, o acadêmico deveria fazer um esforço de abstração de se colocar na perspectiva deste outro, para verificar se o que escreveu é comunicativo ou não. Este requisito traz alguns fatores condicionantes: nem sempre é possível apresentar ao outro a primeira versão do que se escreve. É preciso domínio sobre o conteúdo; saber discernir entre o essencial e o secundário.

Dos requisitos acima, o relativamente mais fácil de se exercitar é o de reescrever o texto. O domínio do assunto e a capacidade de formular o essencial num escrito é uma tarefa mais complexa, na qual o ensino de maneira geral tem falhado e muito. Pelos trabalhos acadêmicos apresentados, muitas vezes aparecem apenas “transcrições literais” das obras consultadas, sem que o autor discuta o conteúdo e nem sempre há concatenação entre uma citação e outra. Esta deficiência ainda é encontrada nos primeiros exercícios escritos na disciplina Metodologia Científica, no Mestrado em Ciência Jurídica.

Não se considera o acadêmico ou o mestrando culpado por tal deficiência. O modelo institucional do ensino, a que se tem assistido, em todos os níveis, baseado na fragmentação do ensino e na ausência de atividades reflexivas, globalizantes, imparciais, responsáveis, responde por tal estágio de desenvolvimento da escrita acadêmica.

Escrever para que o “tu” entenda implica a suposição de que os conhecimentos do “eu” são diversos deste “tu”; que este não vive o mesmo contexto. Pode-se ilustrar a situação por um artigo em que o autor faz referência a notícias de jornais. Se forem omitidas as fontes bibliográficas, o leitor não dispõe de referência para se situar. No plano conceitual, o autor precisa definir em que ter-

mos e em que sentido está usando determinadas palavras-chaves.

Para Linda Flower, todos utilizam em algum momento a prosa de escritor, mas para usar a prosa de leitor há que se caminhar um longo percurso de cotejamento com outros textos e com o próprio texto que está produzindo. A autora chega a ser radical ao dizer que *saber escrever significa saber transformar a prosa de escritor em prosa de leitor*.

A autora defende que é interessante analisar estes dois tipos de prosa por dois motivos: a) ajudam a compreender os processos cognitivos do indivíduo. b) proporcionam instrumentos para melhorar e ampliar as técnicas de ensino/aprendizagem da expressão escrita.

A autora continua, afirmando que a prosa de escritor constitui um tipo de manifestação mais interna e reflexiva, a prosa de leitor é o tipo de expressão que se utiliza para comunicar-se. É a prosa dos jornais, das cartas comerciais, da publicidade, dos textos acadêmicos, em seus diferentes gêneros, artigos, informes científicos, dissertações e teses, pode-se acrescentar. A prosa de escritor até tolera construções que contrariam o código escrito, em nível culto. Isto já não é possível em prosa de leitor, a menos que seja um texto literário e se queira romper intencionalmente com a ordem gramatical vigente, para legitimar a fala de um personagem ou por um efeito estilístico desejado pelo autor.

Embora no caso presente e para o público alvo deste texto interesse a prosa de leitor, é interessante observar algumas considerações que a autora faz a respeito da prosa de escritor.

1- Permite ao usuário distinguir e isolar processos mentais que ocorrem simultaneamente e desordenadamente. Permite, assim, que o autor se concentre em cada um dos pontos separadamente. Por exemplo, para preparar um artigo ou mesmo um roteiro de uma dissertação de Mestrado, o usuário recorre a este tipo de prosa. Joga inicialmente para o papel os conhecimentos prévios de que dispõe sobre o assunto. Ainda não interage com o leitor, destinatário de seu texto. É o processo que os

ingleses chamam “brain storms”, que traduzido poderia ser chamado de “tormenta de idéias”. Posteriormente, o autor poderá *ordenar estas idéias*. É um outro momento do processo da produção. No plano acadêmico, isto implicará revisões de conceitos, relações teóricas com as novas leituras.

2- A prosa de escritor atrasa momentaneamente o trabalho de adequação ao público alvo do texto. Não pensando ainda no leitor, há mais liberdade para realizar as operações a que já se referiu no item 1. Há que se considerar que adequar-se às necessidades dos leitores é uma atitude cognitiva bastante complexa. O autor deve adotar a perspectiva de leitor, deve pensar o que o leitor já sabe e o que gostaria de saber. Aí está o grande desafio para o estudante da Ciência Jurídica, alvo deste texto. Para quem se escreve? Para o juiz ou para a Academia? Discursivamente, são construções textuais diferentes.

Em ambos os casos, a atitude exige condições semelhantes: há que se ter clareza do fato jurídico, para ordenar logicamente os seus argumentos, para convencer o juiz sobre a sua visão do fato. O pesquisador em Ciência Jurídica igualmente precisa escrever os seus textos demonstrando exame minucioso do problema do qual origina o artigo, a pesquisa.

Para transformar a prosa de escritor em prosa de leitor, Flower propõe os processos de *revisão*, *avaliação* *redação*. Para conseguir isso, a autora cita as seguintes transformações:

1- Adotar o ponto de vista do destinatário. Deverá escolher aquela perspectiva que mais interessará ao

interlocutor. Infere-se daí que o autor de um artigo, de um “paper”, de uma dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado, precisa primeiro dominar o objeto sobre o qual escreve e a partir daí concentrar-se no que espera a Academia. É nesse limite que se constitui a prosa de leitor, ao se escrever sobre a Ciência Jurídica.

2- Transformar as idéias soltas, desconexas e os detalhes em conceitos. Isso implica amplo domínio sobre o tema, para ordená-lo, delimitá-lo e buscar os argumentos pertinentes. Esta proposição exige do autor conhecimentos de estruturas textuais também. Poder-se-ia, aqui, distinguir como o faz Silveira (1993) entre “definição” e “conceito”. Definição é a expressão escrita que reproduz um saber partilhado. “Ilha é um pedaço de terra cercado por todos os lados”, é uma definição. “Sou o discurso jamais realizado” já é um conceito, por representar a subjetividade de quem escreve. (Frase extraída de “Balada para não dormir”, de Lourenço Diaféria.) Na academia, exige-se que o usuário passa progressivamente de definições à elaboração de conceitos. Interage-se, contudo, com outros conceitos, exercitando-se o que se chama a análise de vários posicionamentos teóricos, doutrinários.

3- Buscar uma estrutura redacional adequada e que domine. Para quem nunca escreveu um artigo, uma dissertação, é evidente que precisa primeiro ler, examinar esses tipos de texto. Mas isso só não basta. É preciso conhecer internamente as regras de coesão, coerência, clareza, objetividade que a produção escrita, acadêmica exige. Entre os cuidados que se deve ter neste tipo de produção, está em produzir frases e parágrafos curtos, para dominar o objeto da discussão.

Considerações Finais

As explicitações acima permitem observar:

- a) o ato de escrever exige amplo exercício de quem escreve e certa cumplicidade com quem o vai ler;
- b) aprende-se a escrever academicamente desde o ensino fundamental, à medida em que se exercita

a cientificidade do que se escreve;

- c) o acadêmico de Direito e o Mestrando em Ciência Jurídica devem visar antes de tudo ao domínio do conteúdo e, se isto for feito com autores que escrevem em “prosa de leitor”, a tarefa fica relativamente mais fácil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSANY, Daniel. *Como se aprende a escribir*. Barcelona/ Buenos Aires, México, Paidós, 1989.

FLOWER, Linda. Writer-Based-Prose: A cognitive Basis for Problems in Writing. *College English*. 41, p. 19-36, 1979.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliucci. Definição e Conceito. *Revista da Unimar*. 1993.